



ppri4.org



ppri.partido

Desemprego em massa da categoria e imobilismo da direção burocrática da Apeoesp **POR UMA ASSEMBLEIA DA CATEGORIA JÁ!**



Com a política de cortes de verbas, fechamento das salas e turnos, Tarcísio/ Feder impõem um desemprego ainda maior que no ano anterior. Embora não haja dados oficiais disponíveis, é possível que o número de desempregados passe dos 40 mil professores.

Uma crescente onda de ataques e autoritarismo marca a gestão do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e de seu secretário da Educação, Renato Feder. O governo segue fechando salas de aula, mais de 400, segundo levantamento do sindicato, e extinguiu o segundo turno de várias escolas de período integral (PEI) em todo o estado. Além disso, alterou a matriz curricular, aumentando a carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, enquanto reduziu a carga horária de Ciências Humanas em 35,1%, entre 2020 e 2025. Disciplinas como Filosofia e Sociologia já quase não existem na matriz curricular, tendo sido reduzidas em quase 63%. Um outro problema tem sido a ampliação de jornada, através da expansão, que significa aumento de trabalho que não se converte em aumento de salário.

É importante ressaltar que esses ataques às condições de trabalho estão alinhados à política econômica do governo federal, por meio do Arcabouço Fiscal. O governo burguês de Frente Ampla Lula/Alckmin faz suas manobras, retirando, congelando e diminuindo as verbas dos servi-

ços públicos (educação, saúde, moradia, previdência social, etc., para garantir o famigerado teto de gastos e o parasitismo financeiro da impagável dívida pública, que já passa dos R\$ 8 trilhões. Em São Paulo, Tarcísio segue o mesmo caminho. Com a PEC 9/2023, a Constituição do Estado foi modificada, reduzindo o percentual de investimentos em educação, que antes era de 30% do PIB paulista, e agora passou para 25%, retirando mais de R\$ 10 bilhões do orçamento da educação. Os governos, para proteger a capacidade de manter os juros da dívida pública, descarregam o peso da crise sobre os trabalhadores, e sucateiam os serviços públicos.

Além dos ataques já listados, a categoria sofre com o arrocho salarial, que já acumula perdas de 40%, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Nem mesmo o mísero reajuste do piso nacional, de 6,27%, foi aplicado em janeiro.

No dia 29 de janeiro, durante uma transmissão ao vivo, o secretário da educação, Renato Feder, fez ameaças explícitas aos professores e diretores das unidades escolares do Estado. Segundo ele, *"diretores que não entregarem os resultados do SARESP estarão passíveis de ser cessados"*. Trata-se, portanto, de mais uma tentativa de intensificar a pressão para alcançar resultados satisfatórios nas avaliações SARESP e SAEB, para serem usados nas eleições nos próximos anos, bem como

parte da tendência de privatização das gestões escolares.

Em vários momentos da live, o secretário afirmou que 2025 seria o ano de maior autonomia, com menos intervenções da SED nos processos pedagógicos. No entanto, o que se evidencia é mais uma falácia por parte da burocracia governamental. O avanço da plataformização e a imposição de itinerários têm, na prática, minado a autonomia dos docentes, além das constantes cobranças para atingir metas.

Uma das "novidades" para 2025 é a "Sala do Futuro", que substituirá a SED no controle da frequência dos alunos. Em várias escolas, já foi comunicado que os professores que não registrarem as frequências durante o período de aula serão punidos com falta. Esta medida, além de ser uma nova forma de vigilância sobre os trabalhadores, tem grande potencial para falhar, principalmente em áreas com dificuldades de acesso à internet e à própria plataforma. A "Sala do Futuro" será mais uma ferramenta nas mãos de gestores autoritários, para ser usada contra os professores.

A categoria de professores está farta dos ataques contínuos do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) à educação pública. As salas de aula estão cada vez mais lotadas, as turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão sendo fechadas, e as escolas de tempo integral expulsam os estudantes que precisam trabalhar. A estru-

ra das escolas é precária, faltam materiais pedagógicos, equipes de apoio à aprendizagem e salas de recurso, entre outros. O quadro é de total abandono e sucateamento da educação pública.

É preciso derrotar a política de colaboração de classe da burocracia da Apeoesp

Nesse cenário, a categoria se sente impotente, pois não encontra em seu sindicato uma direção que aponte um caminho de resistência e luta. A direção estadual da APEOESP convocou atos regionais para os dias 03/02, e uma entrega de pauta para o dia 19/02, mas sem paralisação e sem realizar mobilização nas escolas, evidenciando que se trata de um chamado vazio, sem com-

promisso com a base. A direção estadual da APEOESP segue sua política de conciliação com os governos, ignorando o papel fundamental de mobilizar a categoria para uma greve que enfrente os ataques. Ao invés disso, prefere apostar em ações jurídicas e pressões parlamentares, métodos que, nos últimos anos, só têm nos conduzido à derrota. A convocação de uma assembleia apenas para o dia 21 de março não responderá às urgentes necessidades da categoria, uma vez que o calendário apresentado pela burocracia, desde 2024, já apresenta a contenção do instinto de luta das bases.

Diante disso, a Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora (CSM-GL) defende a realização imediata de uma assembleia de base da categoria. Não podemos conti-

nuar aceitando os ataques do governo apenas pela via jurídica. Precisamos de uma greve contra o avanço das políticas de Tarcísio e Feder. Este enfrentamento não será possível apenas por métodos típicos da democracia burguesa, como a via jurídica e parlamentar, mas sim pela ação direta de nossa categoria, por meio de greves, bloqueios e ocupações.

Pelas atribuições presenciais, contra atribuições on-line!

Emprego para todos!

Reabertura das turmas do noturno!

Nada de ato show dia 12 de março. Assembleia já!

Alunos da Rede Estadual de São Sebastião são surpreendidos com a suspensão do desjejum

No município de São Sebastião, litoral norte de São Paulo, os alunos da rede estadual estavam acostumados a receber um café da manhã antes da primeira aula. Isso ocorria principalmente porque não há mais escolas estaduais de tempo parcial na cidade; TODAS foram convertidas em escolas de Ensino Integral (PEI), com jornada de nove horas, com exceção da E.E. Josepha, que mantém o período noturno, oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA), e turmas de ensino parcial. O mesmo ocorre nas escolas municipais, onde os estudantes

eram recebidos com o desjejum, tinham um lanche no meio do dia e almoçavam antes de retornarem para suas casas. Essa dinâmica se repetia com os estudantes do turno da tarde, recebidos com o almoço, tendo garantidos o lanche do intervalo e outro na saída das aulas. O almoço foi retirado para os 2 turnos, e colocado nos horários do intervalo do período da manhã e da tarde.

Muitos alunos do ensino integral comem as aulas entre 7h e 8h, e contavam com esse café da manhã. No entanto, a gestão das cozinhas das escolas estaduais em

São Sebastião é responsabilidade da prefeitura municipal. O atual prefeito, Reinaldo (Republicanos), retirou o desjejum dos alunos do ensino integral, e ainda suspendeu o lanche servido na entrada para os estudantes da EJA que, muitas vezes, chegam direto do trabalho sem se terem alimentado.

Essa situação reflete um processo maior de sucateamento dos serviços públicos. No passado, as escolas contavam com merendeiras concursadas, que tinham estabilidade no serviço público, enquanto o estado era responsável pelo

fornecimento da alimentação. Hoje, as cozinhas foram terceirizadas, resultando na precarização do trabalho dos funcionários.

A ausência do movimento estudantil organizado impede que os estudantes, junto à comunidade, possam responder ao problema. O imobilismo dos sindicatos, tanto estadual quanto municipal, colabora com as medidas do governo.

É fundamental denunciar esse ataque aos alunos das redes estadual e municipal de São Sebastião, e exigir que a prefeitura e o governo estadual sejam responsabilizados imediatamente.